



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

MANDATO 2021 - 2025

ATA N.º 1/2023

-----Aos vinte e três dias, do mês de fevereiro, de dois mil e vinte e três, pelas dezanove horas, na Casa Museu Cunha da Silveira, Freguesia e Concelho de Velas, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Velas, presidida pela senhora Lena Felicidade Pereira Amaral, com a seguinte ordem do dia: -----

-----**Ponto um – Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do nº 2 do artigo 4º deste Regulamento;**-----

-----**Ponto dois – Carta Educativa do Município de Velas;**-----

-----**Ponto três - Alteração do Mapa de Pessoal do Município de Velas;**-----

-----A Presidente da Assembleia começou por fazer o enquadramento legal da sessão, explicando que se trata de uma sessão ordinária de acordo com o estipulado pela Lei nº 66/2020, de 4 de novembro, e que a convocatória enviada, referente à presente sessão, estava em conformidade com o artigo 31º do regime em vigor. -----

-----Iniciados os trabalhos, a Presidente da Assembleia comunicou a falta justificada do deputado municipal João Paulo Oliveira, sendo substituído pelo membro Álvaro Eduardo Gambão Silvano o qual já tomou posse nesta Assembleia, e do deputado municipal Renato Luís de Sousa Bettencourt, sendo substituído pelo membro Luís Manuel Batista Sousa Furtado Pereira, o qual ainda não tinha tomado posse nesta Assembleia, pelo que a Presidente da Assembleia Municipal solicitou à senhora secretária da mesa a leitura da ata de tomada de posse, anexa à presente ata. Foi também justificada a falta do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Norte Grande, André Bernardo Silva, fazendo-se substituir pela tesoureira desta Junta, Dénia Vicki Hipólito Bettencourt, a qual já tomou posse nesta Assembleia. -----

-----Seguidamente, a Presidente solicitou ao primeiro secretário da mesa que procedesse à chamada dos senhores deputados municipais, confirmando-se a presença dos deputados municipais Lena Felicidade Pereira Amaral, Ana Paula da Silveira Soares, Luísa Margarida Silva Matos, António Guilherme Lemos Gambier, Paula Maria Bettencourt Sequeira Amarante, Fernandino Bettencourt Simas, João Paulo Oliveira da Silva, Janete Andreia Ávila da Fonseca, Roberto Jorge de Sousa Cabral, Catarina Maria Silveira Bettencourt, Luís Manuel Batista Sousa Furtado Pereira, José Vieira da Silva, Mário José Soares, José Eduardo Dias Brasil, Álvaro Eduardo Gambão Silvano, Vasco Filipe dos Santos Pinto Azevedo, André Filipe dos Santos Silveira, Marília Leonilde Lemos Regalo e Freitas, Roger Leonel Vieira de Sousa, Dénia Vicki Hipólito Bettencourt e Hélio Silveira da Rosa.-----



Handwritten signature in blue ink, possibly 'Amarante'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025

ATA N.º 1/2023

-----Confirmada a presença dos membros da Assembleia Municipal e havendo legalidade na convocatória, verificou-se a existência de quórum, dando-se assim início à sessão. Informou que os membros da mesa iriam exercer o seu direito de voto.-----

-----A Presidente deu início ao período antes da ordem do dia explicando que, de acordo com o artigo 39º, conjugado com o artigo 71º, do regimento em vigor, «Em cada sessão há um período designado de “Antes da Ordem do Dia”, (...) outro designado de “Ordem do Dia” e um “Período de Intervenção Aberto ao Público”».

-----Esclareceu ainda que o artigo 40º estabelece o período antes da ordem do dia, referindo que tal período se destina ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, tendo uma duração máxima de sessenta minutos, e prosseguiu com a apreciação da ata número cinco, de doze de dezembro de dois mil e vinte dois, a qual foi remetida aos deputados municipais junto com a ordem do dia. Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia colocou à votação a ata número cinco barra dois mil e vinte e dois, tendo a mesma sido aprovada por maioria com vinte a favor e uma abstenção. Ainda dentro deste período, a Presidente da Assembleia colocou à disposição dos senhores deputados, para consulta, a correspondência recebida entre a última sessão e a atual, informando que esta também poderá ser consultada no horário de expediente do Município, enviando previamente uma mensagem eletrónica, a manifestar esse interesse para o endereço eletrónico da Assembleia, e abriu o período para a apresentação das propostas ou recomendações apresentadas pelos grupos municipais.

-----A Presidente da Assembleia Municipal iniciou este período informando que os votos e recomendações a apresentar na sessão foram antecipadamente remetidos, via mensagem eletrónica, para os líderes de cada Grupo Municipal e para o Representante da Coligação Democrata Unitária. Informou que o Município propôs a aprovação em minuta dos pontos dois e três da ordem do dia, pelo que colocou à consideração dos senhores deputados municipais as deliberações, questionando a pronúncia sobre este assunto. Inscreveu-se a deputada municipal, Paula Amarante que informou que o grupo municipal do PSD iria aprovar a deliberação em minuta, mas que considerou ser necessário um alerta ao Município por forma a se reorganizar para que não se torne rotina a aprovação dos assuntos em minuta.



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'JLS', 'H. A.', and 'H. A. Silva'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

MANDATO 2021 - 2025

ATA N.º 1/2023

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Município que defendeu não ser necessário reorganizar porque decorre da lei e que o pedido de aprovação em minuta pretende dar seguimento aos assuntos com maior celeridade.----

-----Os grupos municipais do PS e do CDS/PP e a representação da CDU apresentaram cada um **voto de congratulação pelo centenário da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense**, pelo que a Presidente da Assembleia propôs que os três votos fossem votados em conjunto após a leitura de apenas um. Não havendo oposição, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao representante do Partido Socialista, Senhor Álvaro Silvano, para a leitura do voto de congratulação pelo Centenário da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense (em anexo). -----

-----A Presidente da Assembleia questionou o Grupo Municipal do Partido Social Democrata se pretendia pronunciar-se ou associar-se ao voto de congratulação do Centenário da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense, tendo o mesmo se associado.-----

-----A Presidente da Assembleia passou à votação dos votos de congratulação pelo centenário da Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense, tendo os três votos apresentados sido **aprovados por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**. -----

-----O voto do PS será remetido para conhecimento à Sociedade Lusitânia Club Recreio Velense, à Câmara Municipal de Velas, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, à Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais e à Direção Regional dos Assuntos Culturais. O voto da CDU será remetido para conhecimento dos órgãos sociais da Sociedade Lusitânia Recreio Club Velense e o Voto do CDS/PP será remetido para conhecimento à Sociedade Lusitânia Recreio Club Velense, à Câmara Municipal de Velas, à Associação Cultural de Velas e à Direção Regional dos Assuntos Culturais.-----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra ao representante da CDU, António Machado, para leitura da **recomendação “Conselho Local da Educação”**.-----

-----O deputado municipal António Machado tomou a palavra pedindo permissão para antes de ler a recomendação questionar por que razão não foi convocada a comissão permanente que normalmente é convocada em preparação das sessões da Assembleia. A Presidente da Assembleia respondeu que não considerou pertinente convocar a



Handwritten initials and signature in blue ink, including the name 'Houwee'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

MANDATO 2021 - 2025

ATA N.º 1/2023

comissão permanente, no entanto ficou o compromisso de cumprir com o regimento em vigor desta Assembleia.-----

-----Seguidamente, o deputado municipal António Machado passou à leitura da recomendação "Conselho Local de Educação" (em anexo).-----

-----A Presidente da Assembleia questionou os restantes grupos municipais se pretendiam pronunciar-se ou associar-se ao voto. Inscreveu-se a deputada municipal Paula Amarante que referiu que o grupo Municipal do PSD se associava ao voto de recomendação, e o deputado municipal Roger Sousa que disse que esta recomendação já era recorrente nesta Assembleia Municipal e que na opinião do seu grupo não faria qualquer sentido ser aplicada nos Açores, uma vez que a tutela da educação na Região é do Governo Regional dos Açores e não dos Municípios. Continuou referindo que no Concelho da Velas existe o Conselho Consultivo da Escola Profissional da Ilha de São Jorge que se pronuncia sobre as questões da educação dentro do ensino profissional na Ilha e nas Escolas Básicas existe a Assembleia de Escola que se pronuncia sobre os assuntos de educação, razões que apontou como justificativas para a votação contra do seu grupo municipal. Considerou que seria uma redundância e que possivelmente a intenção do senhor deputado municipal António Machado seria criar mais uma Comissão que não teria utilidade como, a título de exemplo, o Conselho Municipal da Juventude, que foi criado e não se verifica qualquer aplicabilidade nem qualquer atividade, ou até eventualmente a Comissão que foi proposta aqui pelo mesmo deputado e foi aprovada na Assembleia Municipal no mandato passado que era a Comissão de Acompanhamento do Canil Municipal e até hoje não se sabe o resultado dessa comissão, nem dos trabalhos da mesma.-----

-----Foi dada palavra ao deputado municipal António Machado que respondendo ao deputado municipal Roger Sousa referiu que a Comissão de Acompanhamento do Canil Municipal foi extinta por razões regimentais e que se devia ter informado. Considerou que a criação deste conselho é uma questão de cumprimento da lei e que esta sobrepõe-se às suposições. Lamentou a intenção de voto do CDS no sentido de chumbar, novamente, esta recomendação, em incumprimento com o que a lei dita, ao contrário do que muitos outros Municípios na Região. Terminou apelando ao bom senso de todos os deputados municipais para que votassem favoravelmente esta recomendação.-----



JJA
11/11/23
Auricea

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

-----A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente do Município que referiu, quanto à situação da Comissão Permanente, que o regimento não indica que a Comissão Permanente tem de reunir antes da Assembleia Municipal, defendendo que esta deve ter reuniões bimestrais, tendo acontecido uma reunião em dezembro, estava dentro do prazo. Quanto à recomendação do Conselho Local da Educação, defendeu que não é uma obrigatoriedade de qualquer Município deste país ter um conselho criado seja para o que for, e que o que a lei prevê é que os Municípios possam criar conselhos para determinados setores e matérias, utilizando como justificação o facto de que o documento apresentado se trata de uma recomendação à Câmara Municipal e que esta faz ou não dentro daquilo que é o seu entendimento. Todos os deputados municipais sabem que na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira a área da educação é tutelada pelos Governos Regionais, o estatuto político das Regiões Autónomas assim o permite, a lei é da Assembleia da República aplicando-se ou não depois nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira consoante o estatuto político administrativo de cada uma das suas Regiões. Acrescentou que a Câmara tem acento no órgão executivo da ADISJ por nomeação própria daquilo que é a sua cota e que na EBS de Velas a Câmara tem acento por via da Assembleia de Escola, onde é discutida toda a área educativa do Concelho com base nas regras impostas pela região e pela Direção Regional da Educação. Terminou referindo que um Conselho Local de Educação no nosso Concelho seria uma redundância, não iria acrescentar rigorosamente nada ao que já é feito, e reiterou que independentemente da recomendação ser ou não aprovada, enquanto fosse presidente de Câmara, não iria criar o conselho com base em tudo o que foi explanado.-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao deputado municipal António Machado que referiu que, em relação à administrabilidade, dia vinte e oito completavam dois meses desde a última reunião da comissão permanente, e disse que não tinha obrigatoriamente ser realizada antes de uma sessão da Assembleia Municipal, mas que era habitual para discussão de alguns assuntos e acelerar os trabalhos de cada sessão. Em relação à questão da lei, disse que o Senhor Presidente considera ser facultativo mas que não citou a lei que diz que é facultativo e lamenta que realmente seja do entendimento do Sr. Presidente da Câmara que não é necessário, e enfatizou que no decorrer desta sessão iria comprovar-se a importância deste conselho.-----



Handwritten initials and a signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

-----A Presidente da Assembleia tomou a palavra e em resposta ao deputado municipal António Machado referiu que fará tudo que estiver ao seu alcance para cumprir a lei, e referiu que esse ponto do Regimento não fazia sentido e que tem sido um dado assumido já nos anteriores mandatos, apenas reunir sempre que necessário, mas irá ser convocada a reunião da Comissão Permanente, ficando a consideração como uma ação de melhoria.-----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Município que em resposta ao deputado municipal António Machado indicou que a lei a que se referiu era a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, uma lei nacional que atribui aos órgãos municipais, em concreto à Câmara Municipal, as suas competências, as suas áreas de jurisdição e onde podem intervir, não por obrigação mas porque a lei assim o permite, destacando o artigo vigésimo terceiro. Continuou dizendo que a recomendação menciona que esta assembleia deve analisar e votar por proposta da Câmara, para ter um Conselho Local de Educação e, com base na lei, tinha de ser um princípio da Câmara a querer criar este Conselho e depois propor a mesma à Assembleia Municipal, mas a lei não o obriga a fazê-lo. Enfatizou não ser correto dizer que a Câmara não está a cumprir a lei porque é uma obrigação.-----

-----A Presidente da Assembleia colocou a votação a recomendação “Conselho Local da Educação”, tendo a mesma sido **reprovada por maioria com doze votos contra do grupo municipal do Partido Popular e nove votos a favor dos grupos municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata e do representante da Coligação Democrática Unitária.**-----

----- Não havendo mais requerimentos, a Presidente da Assembleia passou ao período para intervenções dos deputados municipais, convidando-os a inscreverem-se para fazerem uso da palavra. -----

-----Inscreveu-se a deputada municipal Catarina Bettencourt que questionou o Presidente do Município relativamente ao ponto de situação da ampliação da obra do Parque Industrial das Levadas, e, relativamente ao processo de implementação da modernização administrativa que está a ocorrer na Câmara Municipal de Velas, que apoio será dado à população mais idosa.-----

-----Inscreveu-se o deputado municipal Roger Sousa que questionou o Presidente do Município, considerando que no dia dezanove de março faz um ano desde o início da crise sísmica na ilha de São Jorge, se por parte do Município existe mais alguma



Handwritten signature and name 'Houweea' in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

informação e se continua em contacto com Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. Questionou também sobre as obras que estão a decorrer junto ao antigo convento, se o parque de estacionamento estará pronto para o Verão, eventualmente para as festas da Semana Cultural, uma vez que nesta altura é particularmente mais difícil estacionar na zona mais urbana das Velas.-----

-----Inscreveu-se o deputado municipal João Paulo Silva questionando o Presidente da Câmara quando iria começar a funcionar a Casa do Artesanato, qual o ponto de situação do regulamento para atribuição dos lotes do Parque Industrial das Levadas, bem como, o ponto de situação em relação ao diagnóstico social do Concelho e ao Regulamento de Apoio Social.-----

-----Inscreveu-se a deputada municipal Paula Amarante que pediu a sensibilização do executivo, especialmente do Presidente da Câmara, junto da Associação de Municípios do Triângulo (AMT), da qual é Presidente, no sentido de existirem tarifas especiais para grupos desportivos e culturais que queiram fazer intercâmbios entre as ilhas de São Jorge, Pico e Faial e reportar essa preocupação junto da administração da Atlanticoline, referindo que tal iria permitir a dinamização das linhas verde e laranja, bem como ajudar na interação entre os grupos. Sugeriu ainda que nas Festas de São Jorge, onde é habitual haver entidades e individualidades que são agraciadas, que estaria na altura de agraciar o cozinheiro Armando Sequeira, do Norte Grande, atendendo ao seu percurso ao longo destes anos.-----

-----Inscreveu-se o deputado municipal André Silveira que perguntou ao Presidente do Município se o Município de Velas estará presente na Bolsa de Turismo de Lisboa, e nesse sentido, quais as perspetivas ao nível do turismo para 2023, uma vez, que é um assunto determinante para a nossa economia. Em relação às Festas de São Jorge e à Semana Cultural perguntou se serão realizadas nos mesmos moldes dos anos anteriores.-----

-----Inscreveu-se o deputado municipal António Machado que questionou o Presidente do Município, referindo que não é da competência do executivo, relativamente ao posto multibanco da Freguesia da Urzelina que está inativo há quase dois meses, sendo um constrangimento grande, especialmente para a população mais idosa. Referiu que foi por queixa dos munícipes que trouxe esta questão à Assembleia, e indicou que depreende que o multibanco só entrará em funcionamento quando estiver finalizada a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

JA
R. Sousa
R. Sousa

obra do novo parque, e que se assim for, importa perceber para quando está prevista a sua conclusão.-----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Município que em resposta à deputada municipal Catarina Bettencourt, disse que, no que se refere ao Parque Industrial das Levadas, que o setor da construção civil atravessa um período conturbado, por falta de mão-de-obra e devido à dificuldade no fornecimento de matérias-primas, mas que está prevista a conclusão da obra no final de maio. Defendeu não ter grandes dúvidas do cumprimento do prazo por ser uma obra financiada pelo PO2020 em que existe uma imposição que todas as obras do quadro comunitário ainda em vigor estejam fechadas até final de junho, e que caso não cumpram este prazo terão que devolver a verba recebida.-----

-----Em relação ao projeto de modernização administrativa referiu tratar-se de um processo complexo e moroso, envolvendo várias empresas a trabalhar (desde o hardware, software, formação para os colaboradores), sendo também um investimento financiado pelo PO2020 e, portanto, em junho terá de estar concluído. Acrescentou que este projeto abrirá o Município para o mundo uma vez que, um emigrante ou qualquer investidor, em qualquer parte do mundo, poderá efetuar e consultar um processo de licenciamento totalmente *online*. Assegurou que todos aqueles que não consigam utilizar essas ferramentas poderão dirigir-se ao edifício municipal e os colaboradores irão atender e ajudar na elaboração do processo na plataforma. Concluiu dizendo que haverá uma plataforma, já criada e que em breve será disponibilizada ao público, que disporá de uma série de informações aos mais variados níveis, inclusive a informação cultural. Reiterou, tratar-se de um investimento na ordem de meio milhão de euros, que implicou a renovação de todo o hardware, a aquisição de novos softwares e o investimento na formação dos colaboradores para que tudo pudesse acontecer.-----

-----Relativamente às questões levantadas pelo deputado municipal Roger Sousa disse, quanto à crise sísmica, que continua a registar-se um número de sismos superior ao que é habitual, mas de baixa intensidade, e que nada tem a ver com o que foi a realidade há um ano atrás, contudo, acrescentou que continua ativa a prontidão de meios, entendendo quer a Proteção Civil Municipal, quer a Regional que não deve ser desmobilizada, e que existe um plano de intervenção que continua a ser vistoriado e acompanhado. Quanto ao denominado Parque de Estacionamento do Convento, nos arredores da Casa Museu Cunha da Silveira, indicou que o prazo de conclusão da obra



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

é em maio do corrente ano, e que os trabalhos estão a andar em bom ritmo, que certamente estará concluído por altura da Semana Cultural, sendo um apoio fundamental visto que criará sensivelmente sessenta lugares de estacionamento.-----

-----Em resposta ao deputado municipal João Paulo Silva o Presidente do Município referiu que continua a aguardar uma resposta do Governo dos Açores quanto ao Centro de Apoio ao Artesanato, indicou que em julho do ano transato reuniu com a Secretária Regional que tutela o artesanato dos Açores, que existe diversa correspondência trocada com a mesma, e que é sua perspetiva que o centro abra no início da época alta com a gestão do Governo dos Açores, mas que aguarda resposta por escrito por parte da Secretaria. Acrescentou que caso o governo não avance, avançará o Município pois o edifício está pronto a receber o artesanato.-----

----- Em relação ao Regulamento do Parque Industrial, informou que já foi elaborado estando em análise, posteriormente será devolvido à Divisão de Urbanismo para nova revisão para ser submetido a reunião de Câmara e, de seguida, a deliberação pela Assembleia Municipal e posterior publicação. Quanto ao Diagnóstico Social do Concelho afirmou que apenas foi realizado o Diagnóstico Habitacional do Concelho, para efetuar uma candidatura na ordem dos três milhões e oitocentos euros ao programa Primeiro Direito Nacional, que foi aprovada e assinado o contrato entre a Sra. Secretária de Estado da Habitação e o Município. Referiu que no âmbito deste processo o Município irá adquirir ruínas por todo o Concelho, já estão identificadas as famílias que irão ter direito a essas habitações, sendo intensa a expectativa que fiquem nas suas freguesias. Continuou dizendo que Município não avançou ainda porque este projeto era apenas financiado em sessenta e cinco por cento e existe a possibilidade de passar para o PRR, com financiamento a cem por cento.-----

-----Relativamente às questões da deputada municipal Paula Amarante sobre a sensibilização junto da AMT, o Presidente do Município referiu que a Atlânticoline já dispõe de tarifas especiais para qualquer grupo que queira viajar e que o Município fez diligências para, na altura dos eventos, receber folclores, filarmónicas do Pico e Faial, grupos de idade da Casa de Repouso ou alunos das escolas, podendo também os grupos solicitar junto da Atlânticoline um preço especial. Quanto à sugestão do nome do Senhor Armando Sequeira para a atribuição de uma medalha aquando das Festas de São Jorge, referiu que por norma são homenageadas instituições ou personalidades da nossa terra e que as medalhas são atribuídas consoante o tema das festas, o qual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

este ano será “Ser Ilhéu”. Destacou que tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Municipal têm competências para a atribuição de medalhas, devendo ser feita uma proposta que tem de ser aprovada por maioria. Agradeceu a recomendação lembrando que a entrega destas insígnias é pensada para que mantenha o devido simbolismo.-----

-----Respondendo às questões do deputado municipal André Silveira, o Presidente do Município disse que o Município estará presente na Bolsa de Turismo de Lisboa, no Pavilhão dos Açores, por via da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, e que este ano haverá um conceito diferente, havendo balcões por ilha, estando representados os dezanove Municípios dos Açores. Destacou que haverá uma componente de animação, que a Associação de Municípios do Triângulo, levará para as zonas da Baixa e do Parque das Nações, além do *stand* dos Açores na BTL, com os custos suportados pelos seis Municípios. Relativamente ao turismo no corrente ano disse perspetivar um ano muito bom, informando que em fevereiro já estão com uma taxa de ocupação hoteleira de cem por cento, para a época alta, já enfrentando inúmeras dificuldades nas reservas da Semana Cultural. Ressalvou que a Escapadinha funcionou muito bem no início deste ano e estão a trabalhar com o Núcleo Empresarial da Ilha de São Jorge para existir uma nova Escapadinha, numa parceria entre o Município, o Governo dos Açores e o Núcleo Empresarial da Ilha de São Jorge. Em relação às Festas de São Jorge e à Semana Cultural das Velas, indicou que o tema será “Ser Ilhéu”, e que o cartaz da Semana Cultural, que decorrerá de seis a nove de julho, será apresentado na próxima segunda-feira (vinte e sete de fevereiro) pelas dez horas, em conferência de imprensa com os representantes do Município e da Associação Cultural das Velas.-----

-----Acrescentou, quanto às Festas de São Jorge, que este ano haverá um evento com uma dimensão muitíssimo considerável no âmbito de uma candidatura feita a fundos comunitários por via da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, estando agendado para dia vinte e quatro de abril um evento sobre o queijo de São Jorge, com dimensão internacional, que terá a maior promoção do queijo de São Jorge e da ilha alguma vez feita, e financiada praticamente a cem por cento por fundos comunitários.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo deputado municipal António Machado, referiu que efetivamente o multibanco não é uma competência do Município mas das entidades bancárias. Estando ao corrente da situação esclareceu que os equipamentos não são dos bancos mas alugados a uma empresa, o que tem um custo e informou que

MS

M. Soares
Louisee



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

MS
Azevedo
Azevedo

a instituição bancária em questão irá colocar um novo equipamento, que já foi aprovado pelo seu conselho de administração e que dentro de um mês este será instalado, não estando de forma alguma condicionado à Inauguração do Parque Multiusos. Informou que, para garantir as condições de segurança, é obrigatória a instalação de câmaras de vigilância no local e uma vistoria prévia da PSP, e que a entidade bancária solicitou o apoio do Município na colocação das referidas câmaras, o que foi aceite e que durante o mês de março serão instaladas. Destacou ainda que o Parque Multiusos da Urzelina que será inaugurado no primeiro dia de Verão. -----

-----Em resposta ao deputado municipal João Paulo Silva o Presidente do Município referiu que não há Regulamento de Apoio Social e que nunca houve compromisso por parte do Município para o fazer, tendo existido apenas recomendações por parte do grupo municipal do PS em relação a esta matéria. Acrescentou que existe o Fundo Social Municipal que decorre daquilo que está em sede de orçamento de estado e permite atribuir apoios em termos sociais por via das competências atribuídas aos Municípios pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Finda a intervenção do Presidente do Município, e não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado aos Presidentes de Junta de Freguesia.-----

-----Inscreveu-se a Tesoureira da Junta de Freguesia do Norte Grande, Dénia Bettencourt, que questionou qual a previsão para conclusão das pavimentações desde a Estrada do Norte Grande até à Ribeira da Areia, inclusive Fajã do Ouvidor e quanto às obras da construção das casas de banho do Miradouro da Fajã do Ouvidor, que já foram iniciadas, se vão estar prontas este Verão.-----

-----Inscreveu-se o Presidente da Junta de Freguesia das Manadas, Vasco Azevedo, que questionou o motivo do pedido de apoio feito pela Junta de Freguesia das Manadas para materiais de construção para a zona de apoio à zona balnear ter sido indeferido não tendo sido presente a reunião de Câmara.-----

-----Não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Município que respondeu à Tesoureira da Junta de Freguesia do Norte Grande, Dénia Bettencourt, que a data prevista para conclusão do pacote de pavimentações referido era no próximo mês de junho, baseando-se na última prorrogação solicitada pelo empreiteiro, mas ainda falta um volume de trabalhos considerável, tendo ficado acordado com o empreiteiro, que caso o prazo não fosse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

MANDATO 2021 - 2025

ATA N.º 1/2023

cumprido, iriam definir quais os trabalhos prioritários para que no Verão não estivessem a decorrer obras em zonas de grande afluência turística, como é o caso da Fajã do Ouvidor. Referiu que na data desta sessão estariam a trabalhar em Santo António, Ribeira da Areia e nos wc do miradouro da Fajã do Ouvidor, tendo a garantia do empreiteiro que até ao final de maio estas últimas estejam concluídas.-----

-----Respondendo ao Presidente da Junta das Manadas, Vasco Azevedo, referiu que os pedidos de apoio não são remetidos a reunião de Câmara quando o Presidente entende que não são para dar. Acrescentou que o Presidente da Junta tem conhecimento que aquela zona balnear está integrada numa área de jurisdição do Governo Regional dos Açores, e que apesar disso o Município apoiou por duas vezes com materiais para aquela zona, tal como sucedeu para outras da Freguesia, tendo no último apoio já sido referido que era excecional, sendo do entendimento que a Junta deveria solicitar apoio ao Governo dos Açores para aquela obra.-----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Junta das Manadas, Vasco Azevedo, e o mesmo referiu que a resposta dada não fazia sentido, justificando que na página eletrónica do Município de Velas existiam várias obras em zonas da jurisdição do Governo dos Açores, destacando a título de exemplo a colocação de guarda-sóis na piscina da Urzelina, requalificação dos balneários no porto da Fajã do Ouvidor em parceria com a Junta de Freguesia do Norte Grande, a reabilitação e reforço da muralha adjacente à zona balnear da Poça dos Frades e o edifício de apoio no portinho da Queimada. Disse não ter pedido apoio em mão-de-obra, mas sim, em materiais, e que este último pedido se prendia com a necessidade de ampliação da cozinha. Referiu que o Presidente do Município, num dos congressos do CDS disse “porque a política deve ser um serviço às pessoas, à nossa terra, ao nosso Concelho, sem dependências, sem medos, mas sim de forma isenta e desapegada do poder”, mas que nesta situação não agiu de forma isenta e que as Manadas fazem parte do Concelho. Continuou dizendo que a sua guerra não era com o Presidente da Câmara, mas sim com as decisões que tomava em relação à Junta de Freguesia das Manadas e enquanto fosse Presidente da Junta de Freguesia iria defendê-la. Referiu ainda que a primeira vez que a Junta de Freguesia das Manadas recebeu dinheiro por parte do Governo Regional, o Presidente do Município fez questão de o anunciar, e disse não perceber porque não o fazia, quando as Juntas de Freguesia do seu partido também o recebiam, pois a Junta de Freguesia da Urzelina recebeu cerca de cem mil euros para

Handwritten signature and initials in blue ink.



Handwritten initials and a signature in blue ink, including the name 'Azevedo'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

o Museu. Reiterou que a negação do apoio não prejudicava a sua pessoa, mas sim, a Freguesia e, conseqüentemente, o Concelho.-----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Município que em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia das Manadas, Vasco Azevedo, referiu que não iria alimentar a sua forma de ser e de estar na política e de tentar passar a mensagem de que o Presidente do Município era contra a Freguesia das Manadas. Referiu que a Junta de Freguesia das Manadas foi a mais apoiada durante os dois primeiros mandatos, tendo sido a junta que mais material recebeu para a Ermida de Guadalupe, para o Porto dos Terreiros, para o Porto das Manadas e para o Porto da Fajã das Almas. Quanto às obras das casas de banho da Fajã do Ouvidor informou que foram apoiadas pelo Município, mas também pelo Governo Regional, em igual proporção. Sobre o muro da Avenida da Conceição disse que a obra foi realizada pelo Município por via de um contrato ARAAL com a Região e que a Poça dos Frades era responsabilidade do Município e registada como tal. Em relação aos Portinhos da Urzelina que estão agora em obras, informou ter sido atribuído dois mil euros de apoio, deliberado em reunião de Câmara. Em termos de jurisdição destacou que os Portinhos da Queimada e o edifício de apoio mencionado são propriedade municipal, justificando assim o investimento realizado. Concluiu defendendo que não frisou o valor recebido pela Junta de Freguesia da Urzelina, ou por qualquer outra, por terem outra postura perante o Município e reiterou não ter nada contra o Presidente da Junta de Freguesia das Manadas como referido.-----

-----Finda a intervenção, a Presidente da Assembleia passou então ao **período destinado à intervenção do público**. Não havendo público presente, deu início ao período da ordem do dia.-----

-----Iniciado o **ponto um da ordem do dia, informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do nº 2 do artigo 4º deste Regimento**, a Presidente abriu as inscrições aos deputados municipais que pretendessem questionar o Presidente do Município. -----

----- Inscreveu-se a deputada municipal Marília Freitas que solicitou esclarecimentos quanto aos temas abordados na reunião com o Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural no dia nove de janeiro, nomeadamente sobre o caminho do farol dos Rosais, a recolha de resíduos, e também sobre uma visita efetuada à ponta dos Rosais, a convite do IROA, no dia sete de fevereiro.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

MS
Handwritten signature and initials in blue ink.

-----Não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente Município que, em relação ao solicitado pela deputada municipal Marília Freitas, esclareceu que na reunião com o Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural foi abordado quanto aos resíduos agrícolas a possibilidade de ser feito um reforço de cestas pois, embora já tenha sido melhorado, continuam a ser depositados resíduos agrícolas nos ecopontos municipais. Informou que foi transmitido que a recolha desses resíduos passará a ser feita por uma empresa privada que irá posteriormente depositar no Centro de Processamento de Resíduos da ilha. Quanto ao caminho do farol dos Rosais, no âmbito do perímetro agrícola Beira/Santo Amaro/Rosais, informou que o compromisso do Presidente do Governo foi que o orçamento da Região seria doado por via do IROA, SA., e que estava previsto fazer apenas uma parte desse caminho e no próximo ano a restante. Referiu que pediu que fosse feito um projeto único e um concurso único, independentemente de ser executado uma parte este ano e uma parte o ano que vem, tendo o Governo anuído ao seu pedido, já tendo sido dadas essas indicações ao IROA, SA. Indicou que aquando da visita do IROA a São Jorge foi convidado a fazer uma visita ao local para serem definidas em conjunto algumas questões do projeto que prevê a pavimentação do Cabo da Ponta ao Farol e das Cancelas às Sete Fontes, tratando-se de sensivelmente cinco vírgula seis quilómetros.-----

-----Concluída a intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal passou ao **ponto dois da ordem de trabalhos, Carta Educativa do Município de Velas**, e abriu as inscrições aos deputados municipais para colocarem questões ao Presidente do Município caso assim o entendessem.-----

-----Inscreveu-se o deputado municipal António Machado que começou a sua intervenção dizendo que este ponto entroncava na recomendação apresentada e já discutida, questionando a razão de colocar a Carta Educativa a votação e leu alguns excertos da proposta apresentada pelo Município que considerou pertinentes. Lamentou a repetida falta de reconhecimento da importância dos representantes da Comunidade Educativa Local, mais uma vez expressa pelo Executivo Camarário ao remeter para aprovação nesta sessão um documento de importância primordial sem a prévia discussão pelo Conselho Local de Educação, e lamentou a posição do Grupo Municipal do CDS que não aprovou a recomendação da CDU nesta Assembleia Municipal, no sentido da necessidade da constituição do Conselho Local de Educação que considerou



Handwritten initials and signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

ser requisito legal para a aprovação deste ponto pela Assembleia Municipal, de acordo com o definido no artigo décimo sétimo do Decreto Legislativo Regional nº 27/2005/A, de 10 de novembro, normativo indicado no documento apresentado pelo Município e discutido neste ponto. Defendeu que a aprovação da carta educativa por esta Assembleia Municipal sem emissão de parecer prévio pelo Conselho Local de Educação constituía uma ilegalidade face ao citado artigo, mas a desvalorização do papel de missão do referido Conselho Local de Educação, enquanto órgão congregador dos intervenientes municipais da educação. Pelas razões apresentadas, justificou o voto contra do ponto em discussão e reiterou que o ónus da deliberação recairia sobre os deputados que aprovassem o documento sem o prévio parecer do Conselho Local de Educação.-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente do Município que em resposta ao deputado municipal António Machado questionou se possuía um parecer jurídico que sustentasse as afirmações proferidas em questão de legalidade. Reiterou que a sua interpretação é que o Conselho Local de Educação apesar de estar previsto na lei, não se trata de uma obrigação, razão pela qual o deputado municipal António Machado apresenta uma recomendação para a sua criação. Continuou dizendo que no âmbito do PDM os Municípios são obrigados a ter uma Carta Educativa, tendo esta sido elaborada pela Universidade dos Açores, há cerca de seis anos mas com alterações impostas pelo parecer da Direção Regional da Educação. Referiu que a revisão do PDM envolve as Direções Regionais todas, com presença de técnicos, juristas, equipa do Município, equipa da Universidade dos Açores e inclusive a inspeção administrativa por via da DROAP, que é que tutela a Presidência da Comissão e que se esta equipa indicou que o documento podia ser remetido para deliberação pela Assembleia Municipal, não tendo a Direção Regional da Educação referido a necessidade do parecer do Conselho Local da Educação é porque não se trata de uma obrigação. Terminou reiterando a importância da aprovação deste documento para a conclusão do processo de revisão do PDM.-----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra ao deputado municipal António Machado que em resposta ao Presidente do Município disse que o número um do artigo décimo sétimo do Decreto Legislativo Regional nº27 de 2005/A de 2 de novembro era claro e definia a obrigatoriedade de consultar esse Conselho Local de Educação antes da deliberação pela Assembleia Municipal. Esclareceu que respeitava a Universidade



M
→ 5
Ferreira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

MANDATO 2021 - 2025

ATA N.º 1/2023

dos Açores, entidade pela qual se licenciou, e que não colocava em causa o documento mas o processo de aprovação, mas que se o Presidente do Município tivesse lido o documento, percebia que não eram essas correções que a Direção Regional recomendou, assumindo que o documento carece de muitas atualizações, sendo uma carta completamente ultrapassada e que não corresponde à realidade atual do nosso Concelho.-----

-----A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Deputado Municipal Luís Pereira que disse que o grupo municipal do PSD iria restringir-se à votação deste documento e que, apesar de considerar que o próprio documento carece de uma revisão face à sua desatualização, o seu grupo municipal se iria abster na votação dada a necessidade deste documento para conclusão do processo de revisão do PDM, processo que disse arrastar-se há imenso tempo.-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra novamente ao Presidente do Município, que em resposta ao deputado municipal António Machado referiu ter submetido a votação uma Carta Educativa para o PDM de Velas, e que se não houvesse revisão do PDM não precisava existir Carta Educativa. Acrescentou que o que poderia padecer de erro no documento, é que a Direção Regional deu um parecer que é vinculativo que foi remetido ao Município e assinado a vinte e oito de novembro de dois mil e dois, não sendo um parecer com seis anos. Disse que em cada ano, em cada conselho executivo e em cada Governo as coisas mudam e que a Carta Educativa não iria estar sempre atualizada, e que se tinham limitado a corrigir com base no parecer da Direção Regional da Educação, informando que iria solicitar aos serviços municipais o envio do parecer em causa à Senhora Presidente da Assembleia Municipal para ser posteriormente remetido aos deputados municipais.-----

-----A Presidente da Assembleia Municipal por sua vez tomou a palavra e referiu que a carta educativa é um documento dinâmico, que pode ser atualizado em qualquer momento e que essa, é uma responsabilidade do Município. Disse compreender que não possa acontecer no imediato, uma vez que atrasaria a aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal, mas que será urgente a sua revisão dado que a mesma padece de erros e de dados desatualizados, referindo ainda que importava nesta fase o Município comprometer-se a fazer a revisão da mesma com a maior brevidade possível.-

-----A Presidente da Assembleia colocou à votação o ponto dois da ordem do dia, **Carta Educativa do Município de Velas, que foi aprovado por maioria com dezassete**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS
MANDATO 2021 - 2025
ATA N.º 1/2023

M
[Signature]
Fonseca

votos a favor dos grupos municipais do Partido Popular e do Partido Socialista, três abstenções do grupo municipal do Partido Social Democrata e um voto contra do representante da Coligação Democrática Unitária e em minuta para imediata executoriedade.-----

-----Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia passou ao **ponto três da ordem de trabalhos, proposta de alteração ao mapa de pessoal do Município de Velas**, questionando o Presidente do Município se pretendia dar algum esclarecimento neste ponto. -----

-----O Presidente do Município iniciou a sua intervenção dizendo que esta proposta é uma alteração ao previsto no quadro do pessoal, retirando um técnico na área do turismo e colocando um técnico superior na área de geografia, uma vez que, sobretudo com a alteração ao PDM, o Município passa a estar obrigado a trabalhar com os Sistemas de Informação Geográfica, (SIG), não tendo de momento nenhum técnico desta área no Município a trabalhar, além do trabalho já iniciado de georreferenciação da rede viária municipal e da contínua necessidade de atualização da rede de abastecimento de água, sendo intenção do Executivo Camarário passar a fazer a leitura *online* de todo o abastecimento público por essa via.-----

-----Finda a intervenção, a Presidente da Assembleia abriu inscrições aos deputados municipais que pretendessem colocar alguma questão sobre este ponto. Não havendo inscrições, foi colocado a votação o ponto três da ordem de trabalhos, **Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Velas, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade.**-----

-----Terminada a ordem do dia, deu-se por encerrada esta sessão da qual se lavrou a presente ata a qual, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa da Assembleia.

[Signature]

Paulo Soares

Fausto Fonseca



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

Ata avulsa da instalação de um membro substituto de um outro efetivo que por motivos justificados falta a esta sessão da Assembleia Municipal -----

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, no Concelho e Freguesia de Velas, na Casa Museu Cunha da Silveira, onde se encontra Lena Felicidade Pereira Amaral, presidente da Mesa da Assembleia, compareceu pessoalmente e previamente convocado para esta sessão, com vista a proceder-se à sua instalação como membro substituto desta Assembleia Municipal para o quadriénio de dois mil e vinte um a dois mil e vinte cinco do Senhor Renato Luis de Sousa Bettencourt, conforme email a mim entregue no dia dezassete de fevereiro do corrente ano de dois mil e vinte e três, e em conformidade com o disposto nos números um a três do artigo quadragésimo quarto da lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro e pela lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, o Senhor Luis Manuel Batista Sousa Furtado Pereira, comigo, Janete Andreia Ávila da Fonseca, segunda secretária desta Assembleia Municipal, que redigiu e subscreve esta ata.-----

----- Este cidadão faz parte da lista do Grupo Municipal do PSD, é residente no Largo Dr. João Pereira, n.º 5, Freguesia e Concelho de Velas, Ilha de São Jorge, portador do cartão de cidadão número [REDACTED]-----

----- Verificada a legitimidade do membro atrás indicado e a sua identidade, a senhora presidente da Mesa da Assembleia considerou-o investido nas suas funções, podendo então entrar em atividade.-----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, numa lauda, que fica assinada pela presidente instalador e por mim, Janete Andreia Ávila da Fonseca, que a redigi, a qual após ter sido lida em voz alta na presença simultânea de todos os intervenientes foi aprovada e fica por todos assinada.-----



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Centenário da Lusitânia Club Recreio Velense

A Lusitânia Club Recreio Velense comemorou no passado dia 18 de fevereiro cem anos de existência. Fundada no ano de 1923, a Lusitânia Club Recreio Velense funcionou desde sempre como um centro de recreio, convívio social e artístico. Os seus fundadores foram José Inácio da Silveira, João Ferreira Rebelo, Manuel Vieira, José Sabino Pereira, João Inácio Soares, José Pereira Brandão, Virgínio Blayer da Silveira, Joaquim Soares Teixeira, Manuel Vieira Rodrigues, Cristovão Cristiano da Silveira, Carlos Pereira Cardoso, José Martins Avelar e Francisco Xavier Bettencourt.

Esta coletividade, nos primeiros dias da sua existência, teve sede numa loja da casa de João Sabino Pereira, na Rua de São José, na vila das Velas. A 3 de Março de 1929 foi recriada, por iniciativa da Lusitânia Club Recreio Velense uma filarmónica que existiu em 1880, dirigida pelo maestro Manuel José da Silveira Bettencourt, a filarmónica Liberdade, e assim nasceu a “Lusitânia Club Recreio Velense – Filarmónica Liberdade”, com 21 elementos masculinos sob a direção de Leandro Silva e com o instrumental que pertencia à família Teixeira Soares.

Esta sociedade tem como padroeira Nossa Senhora de Fátima, elegida a 27 de janeiro de 1952. Teve os seus estatutos iniciais aprovados em 12 de março de 1926 pelo Governador de Angra. Como a Filarmónica Liberdade não teria ainda estatutos, e para disciplinar a sua actividade, em 1952 foram elaborados novos estatutos, aprovados pela Assembleia Geral de 27 de janeiro de 1952 pelo Governador de Angra do Heroísmo. Já contou, até a atualidade, com mais de cinquenta presidentes.

A 30 de março de 1959 passa a ficar instalada num prédio da mesma rua que havia sido comprado em 1957 para sua sede social.



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Segundo Maria do Livramento Daniel, um dos elementos pertencentes às anteriores direções, os registos posteriores à fundação da banda relativos a aquisição de instrumentos datam do dia 30 de abril de 1945 (compra de um cornetim), de 1952 (com a compra de instrumentos não identificados adquiridos em Évora), de 1954 (com a compra de um trombone), de 1960 (com a aquisição de pratos). Mais tarde, em 1991, a filarmónica recebeu instrumental novo ofertado pelo Governo Regional dos Açores. Em relação ao fardamento este evoluiu de apenas um boné branco para uma farda azul e finalmente em 1999 para uma farda vermelha que perdura até hoje.

Com sede atual na Rua Dr. João Teixeira, a atividade da instituição foi decorrendo ao longo dos anos, com a organização de várias iniciativas como marchas, bailinhos de carnaval, e até um sexteto de sopros, tendo também viajado por várias ilhas do arquipélago. A Filarmónica tem desenvolvido inúmeros projetos como “À volta à ilha”, com vista a apresentar-se nas 11 freguesias, tendo conseguido realizar concertos em 4 localidades (Norte, Rosais, Topo e Urzelina), como também o projeto “Sons das Ilhas” que consistiu na apresentação em diferentes ilhas do arquipélago. Já contou mais de dez regentes ao longo do seu percurso, sendo o seu atual Mestre Carlos Alberto Silveira Azevedo.

No passado dia 1 de novembro do ano de 2022, a Lusitânia viu inauguradas as obras de ampliação e reabilitação do seu Edifício Sede, na Vila das Velas. Um investimento superior a 300 mil euros, que dotou o edifício com melhores condições para a prática da música.

Atualmente, a Lusitânia Club Recreio Velense conta com uma filarmónica de 30 elementos, essencialmente composta por jovens e debate-se com dificuldades no seu desenvolvimento de uma cação cada vez mais isolada e sem apoios significativos e sistematizados do poder regional e local. Falar em filarmónicas é falar das escolas de música mais importantes da nossa região. Cerca de noventa por cento dos açorianos aprenderam a ler música nas



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS**

filarmónicas. Gerações de crianças, jovens, mulheres e homens, que direta ou indiretamente, fazem chegar a sua atividade à vida social e religiosa da população.

Ao longo dos anos, esta instituição tem desempenhado um papel fundamental na área da ação cultural na ilha de São Jorge.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Velas, reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2023, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Municipal de Velas congratula-se pelo centenário da Lusitânia Club Recreio Velense, instituição que tanto tem contribuído para a promoção cultural na ilha de São Jorge.

Esta congratulação é extensiva a todos os fundadores e diretores, que desenvolvem um trabalho de excelência.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Lusitânia Club Recreio Velense, Câmara Municipal de Velas, Assembleia Legislativa RAA, Secretaria da Educação e dos Assuntos Culturais e Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Velas, 23 de fevereiro de 2023.

Os Deputados Municipais

Ana Soares
Aurora Silva
F. R. S.
H. B.
B.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Com o desaparecimento da Filarmónica União, do Dr. José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, tendo ficado apenas em atividade a Filarmónica da Família Teixeira Soares, gerou-se a vontade de fundar uma nova Filarmónica, o que ocorreu a 3 de abril de 1900, através de um grupo de entusiastas que obtêm, por empréstimo, o velho instrumental da Família Cunha da Silveira e fundam a Filarmónica Nova Aliança.

A 18 de fevereiro de 1923, funda-se a Lusitânia Club Recreio Velense, com estatuto de Sociedade, sendo fundadores: José Inácio da Silveira, João Ferreira Rebelo, Manuel Vieira, José Sabino Pereira, João Sabino Pereira, João Inácio Soares, José Pereira Brandão, Virgínio Blayer da Silveira, Joaquim Soares Teixeira, Manuel Vieira Rodrigues, Cristóvão Cristiano da Silveira, Carlos Pereira Cardoso, José Martins Avelar e Francisco Xavier Bettencourt.

A 3 de março de 1929 é fundada a Filarmónica Liberdade, sob a batuta do Regente Leandro Silva, sendo ao todo 20 elementos que saíram para a rua a tocar o ordinário "Giestas", não tendo fardamento mas usando fato preto e boné branco. Mais tarde passaram a usar farda azul durante várias décadas, sendo que em 1999 adquiriram a farda de cor vermelha com o saldo positivo do bar e com as ajudas dos associados, simpatizantes e subsídios dos Governo, perdurando a cor e o modelo de farda até hoje.

Nos primeiros anos de vida a Lusitânia Club Recreio Velense teve sede numa loja da casa do Senhor João Sabino Pereira, na Rua de São José, e cerca de um mês depois toma de arrendamento a conhecida Casa do Engenho, onde permaneceu até 1936. De seguida ocupa parte do prédio adquirido pelo Senhor António Francisco da Silveira Pinéu, na Rua de São José, incluindo o Teatro Velense, também propriedade deste, onde vai permanecer até 30 de março de 1959, data em que se instala na atual sede, adquirida em 1957. A 1 de novembro de 2022 são inauguradas as obras de reabilitação e ampliação da sua sede social, cerimónia presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente do Governo Regional, sendo estas financiadas pelo Governo Regional dos Açores e pelo Município de Velas, sendo presidente da Direção o Senhor Carlos Azevedo, também Maestro da Filarmónica Liberdade.

Handwritten signatures and notes in blue ink:
Sousa
Rebelo
Teixeira
Avelar
Azevedo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

À semelhança de muitas Bandas Filarmónicas da Nossa Ilha, a Filarmónica Liberdade tem formado inúmeros músicos que se encontram inseridos na Bandas Filarmónicas da Nossa Ilha e até do Continente, sendo essencial à sobrevivência destas.

Ao longo dos seus 100 anos de existência a Lusitânia Club Recreio Velense desenvolveu um importante papel social e cultural na Nossa Sociedade, sendo meritório e de reconhecer todo o esforço que foi desenvolvido por todos os associados, simpatizantes, direções e músicos que mantiveram esta Sociedade ativa e que em muito têm contribuído para a preservação do Nosso Património Etnográfico e Cultural.

Assim, ao abrigo das disposições previstas na alínea f) do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal das Velas, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe:

1 – Aprovar o presente Voto de Congratulação pelos 100 anos de existência da Lusitânia Club Recreio Velense e pelo contributo prestado no desenvolvimento e na divulgação da Música de Banda Filarmónica, bem como pelo importante papel desenvolvido aos níveis social e cultural;

2 – Dar conhecimento do presente Voto de Congratulação à Lusitânia Club Recreio Velense, à Câmara Municipal de Velas, à Associação Cultural de Velas, e à Direção Regional da Cultura.

Velas, 23 de fevereiro 2023

Os Deputados Municipais do CDS-PP

Roger Sousa Andre Salgueiro
Caterina Balleucard
Joaquim Vieira de Azevedo
Diana Vireki Hipólito Balleucard
Luís A Ramos
Fátima Freitas
Fernando
Roberto Edmundo

José Soares.
M
Janete Fouseca

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Centenário da Lusitânia Club Recreio Velense

A 18 de fevereiro de 1923, funda-se a “Lusitânia Club Recreio Velense”, cujos fundadores foram: José Inácio da Silveira, João Ferreira Rebelo, Manuel Vieira, José Sabino Pereira, João Sabino Pereira, João Inácio Soares, José Pereira Brandão, Virgínio Blayer da Silveira, Joaquim Soares Teixeira, Manuel Vieira Rodrigues, Cristóvão Cristiano da Silveira, Carlos Pereira Cardoso, José Martins Avelar e Francisco Xavier Bettencourt.

Esta coletividade nos primeiros dias da sua vida, teve sede numa loja da casa de João Sabino Pereira, na Rua de São José na Vila das Velas, e cerca de um mês depois toma de arrendamento o prédio da entrada da Vila, conhecido por “Casa do Engenho”, onde permaneceu até 1936. Daí vai ocupar, em parte, o prédio então adquirido por António Francisco da Silveira Pinéu na Rua São José, incluindo o Teatro Velense, também propriedade daquele senhor, onde vai permanecer até 30 de março de 1959, data em que passa a ficar instalada na sua atual localização, na Rua Dr. João Teixeira n. 2, casa adquirida em 1957 com o propósito de se tornar na sua sede social.

Ao longo de toda a sua existência, a “Lusitânia Club Recreio Velense” deu mostras de grande dinamismo e ambição, tornando-se um exemplo notável de vida associativa e cultural, tendo uma história rica e sendo detentora de uma intensa atividade cultural e artística. Colocando-se, especialmente através da “Filarmónica Lusitânia Liberdade”, numa posição de destaque no panorama musical da ilha, numa sábia aposta na formação de jovens, sendo-lhe atribuído o devido reconhecimento público.

Nos últimos anos, a “Lusitânia Club Recreio Velense”, tem mantido diversas valências em funcionamento, tais como: a “Filarmónica Liberdade”; Escola de Música; Bar Liberdade; Jogos Tracionais e o seu Salão de Festas. Tendo Carlos Azevedo desempenhado o cargo de presidente da Direção da “Lusitânia Club Recreio Velense” e acumulando funções com a regência da banda filarmónica, há, ainda, a destacar a finalização das obras de beneficiação e reabilitação da sua sede social, inaugurada a 1 de Novembro de 2022, bem como a conclusão do projeto intitulado “Som das Ilhas”, cujo o objetivo da “Filarmónica Liberdade” era visitar todas as ilhas portuguesas, tendo sido iniciado nos Açores em 2005 e terminado em 2022 com a visita ao arquipélago da Madeira.

Representação Municipal da CDU • Assembleia Municipal das Velas

- Tele: 912914126
- Mail: antoniomachado93@hotmail.com
- Página: www.facebook.com/cdusaajorge
- Morada: Presa das Cruzes, nº2, Urzelina



Recomendação “Conselho Local da Educação”

A Representação Municipal da Coligação Democrática Unitária vem, por este meio, apresentar uma Recomendação, de interesse para este Município, conforme contempla o Regimento da Assembleia Municipal de Velas, referente à alínea f), do nº. 2 do artigo 40º., o que faz nos termos e com os seguintes fundamentos:

A Lei 75/2013, de 12 de setembro estabelece no seu artigo 23º, n.º 2, alínea d), a competência dos órgãos municipais em matéria de educação. A Lei 75/2013, de 12 de setembro na alínea s), do nº 1, do artigo 25º - atribui competências à assembleia municipal para, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a criação do Conselho Local de Educação, de acordo com a lei.

O Conselho Local de Educação é uma instância de coordenação e consulta, a nível municipal, da política educativa e tem como objetivo promover, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhado o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo.

Pela necessidade de as escolas partilharem responsabilidades com a comunidade local, fomentam-se, assim, relações horizontais entre escolas e as instituições locais. Estas relações passam pelo incremento do papel autárquico na educação. Deste modo, o Conselho Local de Educação deve ser um organismo potenciador da promoção do debate entre parceiros educativos, articulador da política educativa com outras políticas sociais e promotor da interação escola-família-comunidade.

O Conselho Local de Educação é um órgão importante para qualquer município. Está previsto na lei, é essencial como órgão consultivo no que diz respeito a todas as questões relacionadas com a área da Educação, pois dele fazem parte os parceiros e representantes da comunidade educativa local, que devem ser ouvidos antes de se

Representação Municipal da CDU • Assembleia Municipal das Velas

• **Tele:** 912914126

• **Mail:** cdusaajorge@hotmail.com

• **Página:** www.facebook.com/cdusaajorge

• **Morada:** Presa das Cruzes, nº2, Urzelina



delinearem estratégias para o Concelho em matéria de Educação, que também é uma competência do Município.

Neste sentido, e pela inexistência do referido Conselho, recomendamos ao Executivo Camarário a criação do Conselho Local de Educação do Município de Velas, tal como está previsto na lei.

Velas, 23 de Fevereiro de 2023

**Os deputados subscritores
Representação Municipal da CDU**

António Gambier Machado

António Gambier Machado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

CERTIDÃO

Lena Felicidade Pereira Amaral, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho de Velas na Sessão Ordinária, de 23 de fevereiro de 2023, deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade, a **“Carta Educativa do Município de Velas”**, com dezassete votos a favor, sendo doze pelo Grupo Municipal do Partido Popular, cinco pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, um voto contra pela Representação da Coligação Democrática Unitária e três abstenções pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.

Velas, 24 de fevereiro de 2023

A Presidente da Assembleia Municipal

Lena Felicidade Pereira Amaral



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS

CERTIDÃO

Lena Felicidade Pereira Amaral, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho de Velas na Sessão Ordinária, de 23 de fevereiro de 2023, deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade, por unanimidade, a **“Alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Velas”**.

Velas, 24 de fevereiro de 2023

A Presidente da Assembleia Municipal

Lena Felicidade Pereira Amaral